

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E O CAMPO DE EXPERIÊNCIA “O EU, O OUTRO E O NÓS”

Data de aceite: 26/01/2024

Gabriel Henrique Beraldi Garcia

RESUMO: Neste trabalho, partimos do problema de “quais as relações que podem ser estabelecidas entre o campo de experiência eu, o outro e o nós propostos pela BNCC para a educação infantil e a Educação Física como componente curricular na área de linguagem” a partir da necessidade de esclarecer quais conteúdos e atividades poderiam ser utilizados dentro de sala de aula pelos professores de Educação Física na Educação Infantil ao ensinarem os conteúdos referentes ao campo de experiência “o eu o outro e o nós”. Como objetivo geral do trabalho, foi tematizado “estabelecer as relações entre o campo de experiência eu, o outro e o nós propostos pela BNCC para a educação infantil e a Educação Física como componente curricular na área de linguagem”. Para isso foi necessário contextualizar o leitor de todo processo realizado até chegarmos na real proposição. No decorrer do trabalho utilizamos como documento base para seu desenvolvimento a Base Nacional Comum Curricular, documento de caráter normativo para a educação nacional

que foi promulgada em 2017. Para tal entendimento e enfim objetivarmos a proposição final deste trabalho que se trata da proposição de atividades, explicaremos a BNCC e suas inferências na educação infantil juntamente com os direitos de aprendizagem e os campos de experiências para enfim chegarmos ao último capítulo ao qual desenvolvemos uma tabela para esclarecer as atividades, objetivos e conteúdos aos quais se relacionam para facilitar o entendimento dos professores objetivando sua utilização em sala de aula.

PALAVRAS CHAVE: Educação Física; Educação Infantil; BNCC; Campo de experiência; Direitos de aprendizagem.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, muitos professores mostram interesse e preocupação em analisar e compreender as teorias e metodologias que sustentam a prática pedagógica. A educação escolar, como processo, enraizada na formação e no desenvolvimento do ser humano, relaciona-se em concepções de valores éticos morais, culturais e sociais presentes

na sociedade. Para compreendermos isso é necessário romper os muros em nossa forma de pensar, as barreiras institucionais e levar em conta as atividades do homem em sua totalidade.

Para se dar essa contextualização ao qual possibilita uma análise da consciência do homem em diferentes momentos históricos como sujeito que transforma e sofre transformações é necessário uma leitura crítica das concepções de educação que nos permite compreender as dinamicidades desse fenômeno ao longo dos tempos até resultar no ensino atual. Não podemos somente levar em conta as ideias e fatos em ordem cronológica, mas devemos também relacionar as relações entre os elementos complexos e significativos presentes nas concepções de cada momento histórico.

Com a passagem da idade moderna para a contemporânea é possível verificar esboços de uma educação que se desprende do artificialismo e das convenções sociais, valorizando o homem e sua natureza e tem um viés educativo. Tem o intuito de retomar uma educação que o sistema urbano antes tirou da sociedade, uma educação mais próxima a natureza ao qual possibilita ao aluno pensar sobre seu desenvolvimento, conhecimento e tudo isso seja de dentro para fora e não mais de fora para dentro.

É possível observar também um segundo viés pautado no romantismo com a finalidade de educar alunos capazes e se tornarem agentes de uma reforma social com uma educação baseada na instrução, o ensino de forma gradual linear e o saber ligado ao poder e a aprendizagem com o objetivo da conquista de técnicas. Tudo isso baseado nos princípios da teoria tradicional de educação e Educação Física.

Já no século XX é possível observar com mais clareza 3 paradigmas que concebem a sociedade e com isso a escola. O primeiro é italiano focando na autoridade e tradução ligada ao espírito. O segundo foi no restante da Europa tratando-se do materialismo dialético colocando o intuito da formação com o viés no trabalho com foco na inovação e no radicalismo. O terceiro na América traz a escola como laboratório de função civil, política, igualitária e emancipatória com a formação da mente democrática. Isso tudo os permite perceber de onde vem a escola vista como é atualmente e quais suas influências de acordo com cada fase do desenvolvimento civilizacional.

Hoje, a finalidade da escola é continuar perpetuando o conhecimento produzido na história, mas também, ressignificar esse conhecimento. Tem a função ainda de acolher e cuidar dos estudantes com o objetivo de socializar, cooperar, ter reciprocidade e a possibilidade de colocar-se no lugar do outro e aprender regras, principalmente que seja capaz de aprender a aprender e mobilizar os conhecimentos aprendidos para viver socialmente. Isso traz a ideia de uma educação que seja um meio social ao qual possibilite aos indivíduos a compreensão de diversas formas de reflexão, abstração, elaboração e o consumo e produção de conhecimentos novos e autênticos.

A etapa da educação infantil faz-se necessária para o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões pois “Na Educação Infantil, etapa de escolarização em que

a percepção e compreensão do próprio corpo são fundamentais, a criança tem o primeiro contato com pessoas diferentes daquela de seu núcleo familiar, amplia suas relações e interações sociais e, nessas interações, ela compara, percebe as diferenças, explora seus limites e potencialidades e...aprende.” (PROSCÊNCIA, 2010).

Concluimos a necessidade da importância de uma educação sistematizada desde as idades iniciais para que seja objetivado um desenvolvimento cada vez mais adequado dos alunos tanto em sala de aula quanto na vida como sujeitos de uma sociedade.

A construção do conhecimento na educação com foco na educação infantil se dá a partir da interação entre aluno/professor; aluno/aluno. Portanto cabe ao professor como mediador propor interações para contribuir no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e sua interação ativa com o meio ao qual está inserida a partir de um saber fazer e partindo para a práxis fazendo com que o aluno possa refletir a respeito de seu movimentar intencional com sentido e significado.

Dentro deste trabalho, foi tematizado como problema quais as relações que podem ser estabelecidas entre o campo de experiência eu, o outro e o nós propostos pela BNCC para a educação infantil e a Educação Física como componente curricular na área de linguagem.

Os objetivos gerais foram estabelecer as relações entre o campo de experiência eu, o outro e o nós propostos pela BNCC para a educação infantil e a Educação Física como componente curricular na área de linguagem. Já os específicos foram; identificar os pressupostos básicos da educação infantil na BNCC; identificar os pressupostos básicos dos campos de experiências da educação infantil na BNCC; identificar os pressupostos básicos da Educação Física na BNCC; mapear os saberes inerentes da Educação Física para a educação infantil para o campo de experiência corpo, gestos e movimentos e elaborar sugestões de conteúdos, procedimentos docentes e atividades para a Educação Infantil com ênfase na Educação Física.

A ideia de aprofundar, nessa pesquisa, na etapa de escolarização da educação infantil se deu a partir de observações realizadas nas aulas ao decorrer do curso de formação de professores de Educação Física na Universidade Estadual de Londrina ao qual carecia de uma disciplina ao qual tratasse de aspectos relacionados exclusivamente sobre a educação infantil e, por conseguinte os campos de experiência. O campo de experiência tratado na Base Nacional Comum Curricular (2017), “o eu, o outro e o nós” é imprescindível para a formação dos indivíduos pois encontra-se nas relações que a criança tem consigo mesma, com os outros e com o ambiente ao qual está inserida, capaz de criar e desenvolver a personalidade dos alunos de acordo com suas experiências. E a compreensão do próprio movimento intencional favorece significativamente a percepção da criança.

Na nossa forma de compreender o processo de escolarização na etapa da educação infantil, faz-se necessário um professor com saberes capazes de sustentá-lo no processo de ensino-aprendizagem dentro da educação infantil pelo fato de se tratar do primeiro

contato das crianças com a educação escolarizada, em muitos casos existe a primeira separação da família e isso torna a tarefa do professor ainda mais complexa, auxiliar o aluno no processo de aprendizagem e compreensão de si como sujeito e como parte de uma sociedade.

Na tentativa e no desejo de favorecer a resolução da problemática central desta pesquisa, separamos a revisão da literatura em momentos, a saber:

Para o primeiro capítulo, o objetivo foi tematizar a Base Nacional Comum Curricular e suas inferências no cotidiano escolar, juntamente com suas novas perspectivas sobre a educação básica nacional.

Foram elencados três subtítulos ao primeiro capítulo. O primeiro deles teve a intencionalidade de discorrer sobre a Educação Infantil na BNCC; o segundo a respeito dos direitos de aprendizagem da educação infantil propostos pela BNCC; por fim, o terceiro e último subtítulo, discorrer sobre os campos de experiência e a Educação Física na BNCC.

A proposição final teve o objetivo de tratar a respeito das proposições de conteúdos pertinentes aos docentes de Educação Física do ensino infantil dentro do campo de experiência “o eu, o outro e o nós” proposto pela Bncc.

2 | METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou por pesquisa qualitativa, que por meio de atitudes científicas e teórico-práticas visa compreender e interpretar o campo a ser pesquisado. A vantagem da pesquisa qualitativa é que não podemos simplificar a realidade, pois ela é complexa. A pesquisa qualitativa nos permite ver a intensidade dos fenômenos, as inovações, as surpresas e o potencial de aprendizagem.

A opção, pela abordagem qualitativa, corresponde a olhar os espaços da escola como espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização.

Neste estudo o foco principal a ser estudado foi elaborar um roteiro de conteúdos e de estratégias da Educação Física dentro do campo de conhecimento “o eu, o outro e nós” para a educação infantil. A intenção foi que o resultado pudesse contribuir com professores de Educação Física, para planejar e ministrar aulas dentro desse campo de conhecimento.

Esse roteiro foi feito a partir de uma tabela ao qual, nela, foram elencados quatro tópicos responsáveis por definir: as categorias que foram tiradas do texto base do campo de experiência “o eu, o outro e o nós”; os objetivos de aprendizagem propostos pelo próprio documento em sua tabela; os objetos de conhecimento elencados como os conteúdos pertinentes ao campo estudado e, por fim, a sugestão de atividades como proposta final do estudo.

Esta pesquisa se caracterizou ainda por ser de cunho bibliográfico, e foi desenvolvida através de buscas na literatura disponível, constituída principalmente de livros, revistas

e artigos científicos pertinentes ao estudo. Segundo Marconi e Lakatos (2001, p.159) a “pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

A revisão de literatura serve para reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outros autores, que é uma questão de ética acadêmica; indicar que se qualifica como membro de uma determinada cultura disciplinar através da familiaridade com a produção de conhecimento prévio na área; ou abrir um espaço para evidenciar que seu campo de conhecimento já está estabelecido, mas pode e deve receber novas pesquisas; ou ainda emprestar ao texto uma voz de autoridade intelectual.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SEUS PRINCÍPIOS

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), é um documento de caráter normativo que foi promulgado em 20 de dezembro de 2017, para as etapas da educação infantil e ensino fundamental. Para a etapa do ensino médio a homologação foi em 14 de dezembro de 2018.

Este documento deve ser adotado como base para a elaboração do Projeto Político Pedagógico de toda educação básica do Brasil, com o objetivo de propor uma aprendizagem de qualidade. Este documento é referência, para escolas públicas e privadas, para a formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos e das propostas pedagógicas de todas as instituições em âmbito municipal, estadual e federal, trazendo para a educação básica nacional o objetivo de unificar todo seu ensino.

Espera-se que o documento seja um meio ao qual seja adotado para a unificação da educação nacional e acima de tudo, levando qualidade e possibilidade a todos os estudantes, desfragmentando as políticas educacionais e tornando comum a todos o objetivo educacional proposto pela BNCC.

A determinação de um percurso mínimo a ser ensinado apareceu na Constituição de 1988, que no Art. 210, tornou obrigatória “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 1988)

Após esse processo, no ano de 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no qual seu Art. 26 afirma que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. (BRASIL, 1996)

No ano de 2010, foram determinados grandes avanços para o desenvolvimento da educação básica nacional, no qual foram promulgados vários documentos importantes para balizar a educação brasileira, tais como: Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs) e no ano anterior a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, ao qual fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em 2014 a Lei n. 13.005, de 25 de junho, regulamentou o Plano Nacional de Educação (PNE) que apresenta 10 metas e várias estratégias para serem alcançadas até 2024, com a finalidade de promover a educação básica nacional, sendo que algumas dessas propostas sinalizam diretamente a respeito da construção da BNCC já preconizadas na constituição e na LDB.

O texto da BNCC, antes da promulgação oficial em 2017, teve duas versões preliminares: em 2015 e 2016. Os textos passaram por análise e sugestões, em audiências públicas, por parte de professores, gestores e especialistas. A terceira versão do documento foi entregue no ano de 2017. A princípio, neste documento, foi contemplado, somente as etapas da educação infantil e fundamental. O ensino médio foi incluído e homologado somente em 14 de dezembro de 2018, propondo as aprendizagens para toda educação nacional.

Esse documento foi elaborado a partir de debates de diversos especialistas de cada área de conhecimento com a sociedade e com os educadores brasileiros. Os debates foram árduos e acalorados, ficando muitos educadores insatisfeitos com o resultado final. O documento tem como objetivo preparar o estudante para viver em sociedade, a partir de uma educação contemporânea, na tentativa de suprir as necessidades mínimas do estudante em escolas públicas e privadas regendo toda a educação básica e garantindo um conjunto de saberes essenciais.

O objetivo da BNCC não traz uma homogeneidade à educação nacional, mas contribui na influência dos Cursos de formação inicial e continuada dos educadores, a ampliação da produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações do processo ensino e aprendizagem e ainda os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado no documento (BNCC, 2017).

No documento, competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BNCC, 2017, pg.8). A concepção de competência trata de todas as características necessárias, que um sujeito que já possui o conhecimento interno, a partir da mobilização desses conhecimentos e relação com o que precisa resolver naquele momento, ele dá conta para solucionar possíveis situações atreladas ao objetivo esperado.

As competências gerais têm o objetivo de apoiar os estudantes em suas escolhas de vida e continuidade na educação. Foram desenvolvidas, cada qual com propósitos

que os alunos devem avançar e transcender na maneira de ver o mundo e os saberes escolarizados. São elas:

1. Reconhecer os conhecimentos previamente construídos a respeito do mundo, esta competência nos remete que ao ensinar o que já foi produzido até o momento deve ser valorizado e respeitado pela escola.
2. Desenvolver aspectos intelectuais relacionados à curiosidade e a criatividade. Ao ensinar, promover situações aos alunos, fazendo com que eles possam elaborar hipóteses e testá-las, acentuando a criatividade na resolução de problemas propostos.
3. Valorizar os processos culturais do mundo e participar de seus desenvolvimentos. Que o aluno reconheça o mundo como espaço de criação de cultura em constante dinamicidade e participar dos seus processos de desenvolvimento.
4. Utilizar diversas formas de se expressar como as linguagens artísticas. Por meio do ensino, promover ao estudante que entenda que há diversas formas de expressar suas ideias.
5. Utilizar as formas de informação preconizadas em suas realidades de uma forma crítica, significativa, reflexiva e ética. É necessário reconhecer a importância desses meios de comunicação existentes.
6. Reconhecer as diversidades culturais de cada um levando sempre o contexto coletivo em detrimento do contexto individual.
7. Buscar argumentações pautadas em proposições verdadeiras com o intuito de desenvolver seu ponto de vista.
8. Reconhecer-se como sujeito ativo em uma sociedade, com suas necessidades e cuidados próprios.
9. Reconhecer e respeitar o próximo e seus pontos de vista. Valorizar e desenvolver o diálogo e a empatia para resolver conflitos de forma saudável com base na cooperação e no respeito.
10. Agir de forma particular e conjunta com características capazes de promover a tomada de decisões e suas consequências para si mesmo e para o próximo.

Essas competências, determinadas pela BNCC “marcam as discussões pedagógicas e sociais das últimas décadas, podendo ser inferidas no texto da LDB” (BRASIL, 2017, p.3), indicando que as ações pedagógicas, adotadas pelo professor em sala de aula, devem ser tomadas para o desenvolvimento dessas competências que adiante, assegurarão a continuidade das aprendizagens essenciais definidas no documento dando sequência aos compromissos assumidos pela escola e pelos órgãos regulamentadores a respeito da educação básica.

Esses compromissos com a educação escolar e com o olhar integral de formação dos estudantes, assumido pela BNCC, reconhece que a educação básica deve visar a

formação e o desenvolvimento humano global deixando de lado as perspectivas lineares de desenvolvimento. Assumindo assim, uma formação com intuito plural, singular e integral do indivíduo, para que o estudante se torne sujeito de sua aprendizagem.

A escola deve promover uma educação que seja acolhedora, reconhecida e que se desenvolva juntamente com o apoio da família, que deve incentivar o valor da escola como o espaço da não discriminação e do respeito a diferenças e diversidades, propiciando ao aluno, uma educação que traga “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”. (BRASIL, 2017, p.14). Esses compromissos da educação escolarizada tornam-se fundamentais no desenvolvimento dos indivíduos pois valorizam o papel da escola e priorizam a formação de forma intrínseca aos alunos buscando sanar suas dificuldades individuais valorizando suas influências e culturas.

Para que os currículos criados pelas escolas, a partir do documento, sejam consonantes em todos o território nacional, a BNCC propõe características bem definidas para sua aplicabilidade em todas as etapas da educação básica. Leva em conta essas características e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de cada região. O documento propõe, na formação dos currículos, que seja adotado práticas pedagógicas que se relacionam com esses anseios da população que habita no entorno da instituição.

Essas práticas pedagógicas flexibilizam e dão autonomia às redes de ensino para que formulem seus currículos juntamente com um processo de envolvimento das famílias dos alunos e da comunidade que tem a finalidade de tomar decisões.

Como exemplo dessas decisões, podemos salientar: contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas; decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e adotar estratégias dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem; selecionar e adotar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização; conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens; construir e adotar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem; selecionar, produzir, adotar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender; manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem; manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores; (BNCC, 2017, p. 16/17).

Essas práticas pedagógicas dão as instituições de ensino uma autonomia ao

formular seus currículos tornando-as capazes de analisar as necessidades e anseios de toda a comunidade pertinente ao ambiente escolar procurando resolver os problemas sociais da sociedade e promover uma educação de cooperação entre todos os indivíduos e de modo especial aos da educação infantil ao qual discorrer a seguir.

No próximo capítulo abordaremos com detalhes a etapa da educação infantil que é a delimitação deste estudo.

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A percepção, da sociedade de uma maneira geral, sobre o atendimento de crianças na educação infantil no país até a década de 1980 era de uma educação informal, “pré-escolar”, independente, preparatória para o ensino fundamental e com um caráter assistencialista. Em 1981 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) promulgou o Programa Nacional de Educação Pré-escola, ao qual viabilizou que futuramente desenvolveria sua função dentro das instituições da educação básica. Em 1988, com a promulgação da Constituição brasileira, mesmo que tardiamente, foram consolidadas as creches e pré-escolas que trouxeram em pauta um caráter educacional de maior importância para um ensino antes de cunho assistencial.

A LDB/96, em sua alteração de 2013, reforçou sobre a oferta da educação para crianças de 0 a 6 anos, a educação infantil passa a fazer parte da educação básica. Este fato é importante, porque a oferta deixa de ter o caráter assistencialista, passando a ser parte da escolarização. Na alteração da LDB, a educação infantil passa a ser oferecida para crianças entre 0 a 5 anos, no artigo 29 diz que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Complementa, no artigo 30, que essa educação “será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.” Portanto, a educação infantil torna-se uma das etapas da educação básica juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio.

Quando a oferta acontece em instituições separadas creche e pré-escola pode haver uma ruptura no processo ensino e aprendizagem. Em decorrência da descontinuação, de acordo com as instituições de ensino voltadas para cada faixa etária, fazendo com que as crianças tenham que se adaptar a outra instituição, podendo haver uma ruptura na aprendizagem.

Mesmo reconhecida como direito de todos os alunos, a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil, para as crianças de 4 e 5 anos, só ocorreu em 2013 com a alteração

da LDBEN de 96, ao qual assegura a “educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade” (LDBEN, 1996). Essa emenda, a qual acrescenta a obrigatoriedade da matrícula na educação infantil, reforça o texto anterior da LDBEN em 1996 dando ênfase na obrigatoriedade da matrícula das crianças de 4 a 5 anos nas instituições de educação infantil.

O Plano Nacional de Educação diz que “Investir fortemente na educação infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos, é a tarefa e o grande desafio dos municípios. Para isso, é essencial o levantamento detalhado da demanda por creche e pré-escola, de modo a materializar o planejamento da expansão, inclusive com os mecanismos de busca ativa de crianças em âmbito municipal, projetando o apoio do estado e da União para a expansão da rede física e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

E juntamente com o apoio de toda rede escolar é importante levar em conta o olhar que a meta do PNE/2004, sobre a infância e a criança ao qual diz que a mesma é vista como “como sujeito histórico, produto do meio em que vive e resultado da sua cultura” (PROSCÊNCIO, 2010). Ela tem suas características intrínsecas e que, acima de tudo, devem ser respeitadas, principalmente nos aspectos trazidos pelas relações entre si mesma, o próximo e com o ambiente que está inserida promovendo seu desenvolvimento, a formação de sua identidade e sua localização como sujeito atuante dentro de uma sociedade.

Para que de fato a educação, também nesta faixa etária, seja oferecida com qualidade e com possibilidades às crianças, é necessário um conjunto de ações de todos os envolvidos no processo. O compromisso do docente com a instituição escolar e com o desenvolvimento de seus alunos para buscar formação para além do proposto nos campos de experiências, explícitos na BNCC. E, para isso, é necessário dedicar-se à formação continuada, essa tão preconizada na formação inicial do professor de Educação Física.

Para concluir com o processo de formação das crianças, propostos no documento, o professor continue sua formação contínua e tenha o auxílio da experiência vivida na rotina escolar de acordo com o ambiente da instituição de ensino e também as necessidades dos seus respectivos alunos para que saiba lidar com as dinamicidades e as surpresas apresentadas no cotidiano, com a finalidade de adequar sua ação pedagógica para que a mesma tenha um melhor aproveitamento e desenvolvimento.

Com isso, o docente mostra seu comprometimento e responsabilidade que assume não somente com os alunos e suas famílias, mas também com a comunidade escolar toda sua rede de apoio. “Ademais, o profissional que trabalha na educação infantil necessita ter conhecimento a respeito das especificidades das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e de preparo tanto teórico quanto metodológico, sem supervalorizar um sobre o outro, mas entendendo-os como inerentes um ao outro.” (PROSCÊNCIO, 2010). Isso faz com que os docentes tenham um cuidado particular com cada criança buscando desenvolver suas

dificuldades e valorizar suas potencialidades.

É importante ressaltar, também, o papel da escola ao propiciar o suporte necessário para todos os professores a respeito de recursos pedagógicos e vivências escolares aos quais serão imprescindíveis para um adequado desenvolvimento da proposta a ser alcançada pela instituição de ensino ao qual deve ser desenvolvida não somente pelo professor responsável, mas sim por todo o corpo de funcionários participantes do ambiente escolar.

Sendo o primeiro contato das crianças com a educação básica, a educação infantil faz-se um marco no início dos processos de separação dos seus vínculos afetivos exclusivamente com a família para se incorporarem a instituições estruturadas, partes atuantes na construção da moralidade, da socialização e posteriormente da construção dos alunos como membros da sociedade, sujeito de suas ações e que comecem a desenvolver-se com independência em seus atos.

O objetivo da educação infantil vem se consolidando a partir dos anos como uma aprendizagem que proporciona a educação e o cuidado, aliando os conhecimentos prévios dos alunos (carregados desde o cerne da família) com as propostas pedagógicas abordadas nas instituições, essas com a finalidade de diversificar e propiciar novas aprendizagens e experiências as crianças principalmente dando continuidade e complementando a educação familiar levando em conta sua pluralidade. Torna-se nítido a importância da relação entre família e escola no desenvolvimento escolar dos alunos para que os mesmos possam ter uma educação integral sabendo respeitar e valorizar as diferenças de pensamento e a pluralidade de culturas existentes em seu redor.

As instituições de educação infantil compõem um contexto de desenvolvimento da criança, são espaços de socialização, vivências e interações. Dentro desse contexto escolar, ampliam os relacionamentos sociais da criança iniciados no convívio familiar, com função de complementar e não de substituir o papel educativo da família, buscando integrar o cuidado e a educação (PROSCÊNIO, 2010). Cabe aqui ressaltar a importância da família na educação dos alunos, delimitando também o papel de cooperação que exerce juntamente com a instituição escolar, cada qual com seu papel, na formação dos estudantes.

Nessa etapa da educação escolarizada, a principal forma de aprendizado das crianças deve se dar com as interações e as brincadeiras aos quais tornam seu ambiente mais atrativo e propício ao desenvolvimento baseado na socialização, na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Interações essa que se relacionam com o cotidiano das crianças e propiciam as mesmas grandes possibilidades de aprendizagem as quais “Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.” (BRASIL, 2017, p.37).

A grande novidade que a BNCC traz a respeito da educação infantil é o fato de uma sistematização dos saberes a serem ensinados e objetivos a se alcançar com a educação

que, diferente do ensino fundamental e médio, não é dividida por componentes curriculares e seus conteúdos, mas sim por meio dos campos de experiências cada qual com sua finalidade dentro dos processos de aprendizagem da criança.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, p.40).

A ideia apresentada para os campos de experiências é que no momento do ensino o professor faça relação com a vida social, política, econômica e moral do estudante o tempo todo. Distanciando o aspecto do ensino formal da leitura, escrita e matemática. Os campos de experiências promovem uma integração de tudo que é ensinado para esta faixa etária.

3.3 DIREITOS DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL PROPOSTOS PELA BNCC

De acordo com a BNCC, existem 6 direitos de aprendizagem e conhecimento obrigatórios na passagem da criança pela educação infantil.

Esses direitos são conceituados pela Base como agentes asseguradores da aprendizagem capazes de proporcionar a todos os alunos o desempenho ativo em ambientes desafiadores, solucionando problemas e construindo significados a respeito de si mesmo e do mundo ao seu redor. Isso faz com que o ensino seja propagado com qualidade e de forma adequada dentro dos objetivos de ensino propostos.

Os direitos de aprendizagem propostos no documento são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

O documento dá ênfase nos direitos de aprendizagem para que a criança, a partir destes verbos, possa desenvolver-se e ampliar suas vivências sociais, para isso espera-se que criança conviva com outras crianças e adultos, utilizando diferentes linguagens verbal, corporal, escrita, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura; Brincar em diversos lugares, de diferentes formas, com diferentes pessoas, diferentes tempos ampliando e diversificando suas perspectivas fazendo com que tenha um aprendizado mais amplo e diverso sobre sua prática; Colaborar, juntamente com o corpo docente, com as propostas escolares e particulares, exercitando a tomada de decisões, construindo conhecimentos e desenvolvendo diversas interações; Conhecer sobre as diversas áreas e perspectivas dentro e fora do ambiente escolar com a finalidade de ampliar seus saberes em diversas faces; Saber expressar-se em diversos tipos de linguagem; Reconhecer-se como indivíduo situado em determinado grupo cultural com sua imagem e seus costumes dentro e fora da escola. (BRASIL, 2017, p.38).

Esses direitos de aprendizagem têm como objetivo promover nas crianças uma rica identidade e ao professor uma intencionalidade educativa ao qual objetiva que seus

alunos tenham perspectivas que observam, questionam, levantam hipóteses, concluem, façam julgamentos, assimilam valores e que construam conhecimentos e se apropriem do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social. Características essas que antes da BNCC ser promulgada não eram generalizáveis e vistas, em todas as escolas, bem como valorizadas como direitos próprios dos estudantes.

Boa parte do trabalho do professor é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar as práticas pedagógicas de acordo com que propiciem às crianças diversas situações de ensino as quais contribuam para seu desenvolvimento acompanhando seus resultados, conquistas, avanços e trabalhando intrinsecamente com as necessidades de cada aluno.

É válido levar em conta também o constante aprendizado da criança e sua capacidade de transformar a informação em conhecimento ao qual pode, de um lado, agregar o desenvolvimento e a maturação de sua consciência, de outro, “inculturar” sua personalidade condicionada pelos meios de comunicação, pela família e também pela escola. “Há, então, uma apropriação dessas ideias pelo sujeito, que passa a entendê-las como sendo suas, e sem análise crítica, acaba, por fim, reproduzindo-as.” (PROSCÊNCIO, 2010). Surge aqui a importância da consolidação do aluno como sujeito pensante e com características de desenvolver independentemente os seus conceitos de certo e errado com a finalidade de levar em conta todos os conhecimentos aprendidos mas acima de tudo ser sujeito na construção do seu próprio conhecimento.

A consolidação da tomada de consciência (autonomia e consolidação do pensamento da criança como sujeito crítico e ativo na sociedade) da criança acontece a partir do momento em que ela começa a construir e reconstruir seu conhecimento com o ato de concordar, discordar, mudar de opinião de acordo com seu desenvolvimento e acima de tudo refletir sobre seu conhecimento com o intuito de ter uma opinião sólida e pautada não somente em aspectos empíricos. Aqui podemos afirmar que o objetivo da educação infantil é visar o desenvolvimento integral do aluno nas dimensões motora, intelectual, afetiva, moral e social e sua consolidação como indivíduo com direitos e deveres capazes de torná-lo um cidadão, autônomo, crítico e ativo.

Essa consciência autônoma faz-se imprescindível para o desenvolvimento integral do indivíduo e deve ser estimulada em todos os campos de experiências ofertados aos mesmos, incluindo na Educação Física, ao qual será exposta a seguir.

3.4 CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NA BNCC

No contexto escolar nacional, a Educação Física passou por diversas transformações, interesses, objetivos e concepções. Atualmente é tratada, na LDB/96 em sua atualização de 2013, como componente curricular obrigatório dentro do ensino fundamental e médio, porém, na educação infantil, os componentes curriculares não são mencionados como

nas outras etapas de educação básica, mas aparecem como campos de experiências. Estes campos de experiências são propostos com a finalidade de dar significação social a partir da tematização das práticas corporais, que são definidas pela BNCC como “aquelas realizadas fora das obrigações laborais, domésticas, higiênicas e religiosas, nas quais os sujeitos se envolvem em função de propósitos específicos, sem caráter instrumental” (BRASIL, p.213), realizadas por sujeitos ou até mesmo grupos civilizacionais.

Portanto, vê-se o movimento corporal consciente como base para toda cultura não se limitando a somente um segmento corporal ou social, mas fazendo parte de todas as manifestações culturais existentes. “Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório” (BRASIL, 2017, p.213). As práticas corporais são os saberes que serão ensinados dentro dos campos de experiências.

O ensino, abordado a partir do fenômeno cultural, faz com que se abra possibilidades para os alunos desenvolverem atitudes de autonomia a respeito de seu movimento corporal através das práticas corporais abordadas nas aulas de Educação Física e principalmente a utilização da autonomia corporal para o desenvolvimento de todas as atividades, levando-o a um desenvolvimento social mais amplo e autoral.

Isso faz com que se abra possibilidades para as crianças desenvolverem atitudes de autonomia a respeito de seu movimento corporal através das práticas corporais abordadas dentro dos campos de experiências e principalmente a utilização da autonomia corporal para o desenvolvimento de todas as atividades, levando-o a um desenvolvimento social mais amplo e autoral.

Os conteúdos da Educação Física que devem ser ensinados na educação infantil carregam em si a possibilidade de enriquecer a experiência dos alunos em aspectos que “compreendem saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola” (BRASIL, 2017, p.213). Isso faz com que os alunos tenham a possibilidade de transcender somente a vivência e possibilitar a participação como sujeitos de forma autônoma nos contextos sociais.

Cada prática corporal tem a capacidade de agregar à criança diversas experiências que geram um conhecimento intrínseco, insubstituível e pilar para o desenvolvimento deles. Isso só é possível de ser alcançado, pelo professor, de acordo com as influências que as crianças recebem como problemas, curiosidades, a desnaturalização do movimento e principalmente a pluralidade de movimentos, significados e sentidos atribuídos aos diversos grupos sociais existentes. Faz-se “práticas corporais” passíveis de leitura, produção e ressignificação.

Cabe ressaltar também a importância da construção de um currículo com base na contextualização social da região em que se situa a escola juntamente com as possibilidades materiais que é disponibilizada aos professores com o fim de sanar as necessidades da

população local trabalhando suas dificuldades e valorizando suas potencialidades.

É importante pontuar que a ludicidade deve ser base para todas as unidades temáticas dos campos de experiências que carregam consigo lógicas intrínsecas relacionadas a regras, códigos, rituais, sistemáticas de funcionamento, organização, táticas dentre outras características capazes de relacionar-se entre si e com a sociedade a respeito de seus significados.

Os currículos escolares das instituições de ensino, em um contexto geral, são pautados e formulados a partir dos campos de experiências que carregam consigo seus respectivos conteúdos. As demais matérias possuem “conteúdos sistematizados que indicam claramente o que ensinar ao longo dos anos escolares” (PALMA et al., 2021). Porém, tratando, especificamente, do ensino da Educação Física, não existem conteúdos formalizados e unânimes no meio acadêmico que pautam e concretizam perenemente o que deve ou não ser ensinado. Isso, pode causar, ao professor que planeja o que deve ser ensinado, uma inconsistência sequencial na questão das aulas ministradas, desarticulando e gerando dúvidas a respeito do que ensinar e das ações pedagógicas propostas dentro de sala de aula.

O ensino da Educação Física é permeado por uma pluralidade de pensamentos acerca de quais vertentes de pensamento ensinar como: educação pela saúde, cultura de movimento, motricidade humana dentre outras aliadas aos campos de experiências. Cabe ao professor conhecer todas essas formas de pensar a Educação Física, com a finalidade de entender a dinamicidade e as possibilidades da matéria, neste trabalho adotamos a proposta pela BNCC que é a cultura corporal.

Ao conceber a Educação Física, como possibilidade de promover na criança momentos de reflexão sobre o seu movimentar e ainda aprender sobre a cultura das práticas corporais, o professor deve flexibilizar suas ações pedagógicas com o intuito de proporcionar o ensino aos seus alunos de acordo com a realidade e os anseios de cada instituição. Nas suas ações, o docente adota o conceito da práxis utilizando e dando importância aos aspectos práticos e teóricos, cada qual com suas significativas importâncias no processo de ensino e aprendizagem. Essa proatividade do professor faz com que sejam criadas matrizes curriculares que sejam capazes de propiciar avanços pedagógicos concretos, reais e úteis ao momento histórico que estejam vivendo.

Contudo, mesmo sendo tratada como parte dos campos de experiências obrigatórios na educação infantil, a Educação Física passou e ainda não superou totalmente uma crise de identidade ao qual busca-se um pensamento límpido e objetivo a respeito de seu lugar nas áreas de conhecimentos existentes.

Para isso, em 2017, com a promulgação da BNCC foi possível fortalecer o lugar e a importância da matéria que avançou com a inserção (mas, alguns professores não deixaram de lado as concepções esportivistas, desenvolvimentistas, que buscam a saúde ou a aptidão física) na área de linguagens na educação básica.

Porém, especificamente na educação infantil, o ensino dos saberes da Educação Física tem a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do aluno juntamente com os demais campos de experiências possibilitando interações que asseguram os direitos de aprendizagens: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se” (BNCC, 2017, p.40)

Para a etapa da educação infantil a BNCC adota 5 campos de experiências, são eles: Corpo, gestos e movimentos que refere-se sobre como seus atos sensoriais, gesticulares, intencionais ou impulsivos, coordenados ou espontâneos, interferem na sua realidade particular e na realidade dos demais; Traços, sons, cores e formas que discorre a respeito da convivência do estudante, em ambiente escolar, com diversas manifestações artísticas, culturais, religiosas e científicas as quais possibilitam ao mesmo diversas formas de conhecimentos e convivências; Escuta, fala, pensamento e imaginação as quais são responsáveis por desenvolver aspectos relacionados à formação da criança e sua percepção de realidade a partir de suas primeiras formas de expressar-se, desde os movimentos, passando pela escuta do que acontece ao seu redor, seus pensamentos e imaginações capazes de ajudá-la a desenvolver novas formas de comunicação, como o desenvolvimento e o aprender da sua língua vernácula; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações ao qual refere-se às situações espaciais como os locais que frequenta, temporais a respeito do dia de hoje, amanhã, ontem, relações que diz respeito às relações expoentes como a familiar, de amizades e a transformações que são possibilitadas aos alunos conforme vai se desenvolvendo.” (BRASIL, 2017, p.40/41/42).

Por fim, neste trabalho, faremos um recorte especificamente com o campo de experiência “o eu, o outro e o nós” com o objetivo de facilitar o entendimento e acesso a todos os docentes que se interessem pelo campo, pela educação infantil e principalmente pela formação continuada.

Esse campo de experiência trata especificamente das relações que se dão a partir da família e se preconiza no ambiente escolar, sendo, a partir dele que as crianças “vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista” (BRASIL, 2017, p.40). Isso faz com que as crianças, ao mesmo tempo que desenvolvem relações consigo mesma e com o próximo, desenvolva sua autonomia solidificando sua independência e seu papel na sociedade que é permeada por grupos, culturas e formas de pensamento diversos necessitando do reconhecimento e aceitação das diferenças que constituem o ser humano.

O campo de experiência elencado para este estudo, ao mesmo tempo que é subjetivo, pelo fato de tratar da pluralidade de pensamentos e personalidade adquiridas intrinsecamente por cada pessoa se faz também muito particular por tratar da personalidade de cada indivíduo desenvolvida a partir de suas interações consigo mesmo, as demais pessoas e com o ambiente ao qual convive.

É visível a importância e a necessidade de desenvolver esse campo de experiência em

uma relação comum entre família e escola, principalmente dentro da realidade educacional infantil pois traz a finalidade de que os alunos possam desenvolver características como: Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir; Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações; Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação; Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos; Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive; Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida; Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. (BRASIL, p.45 e 46).

A partir da construção teórica desenvolvida até aqui, seguiremos com a proposição central deste trabalho, dentro do campo de experiência “o eu, o outro e o nós”, vamos propor conteúdos e estratégias para ser ensinado na educação infantil. O objetivo é que essa sugestão possa auxiliar o professor a se ver e tratar o que deve ser ensinado como conteúdo da Educação Física, relacionando com o campo de experiência.

4 | PROPOSIÇÃO DE ATIVIDADES

As proposições a seguir fazem parte da proposta principal relacionada a este trabalho ao qual foi elencado, de acordo com o que a Base solicita em seus objetivos de aulas dentro do campo de experiência “o eu, o outro e o nós”.

Para uma melhor compreensão, foi criado uma tabela com o objetivo de facilitar o entendimento ao leitor, essa tabela será dividida com os conceitos pertinentes a cada objetivo de aula juntamente com conteúdos a serem realizados de acordo com cada objetivo.

CATEGORIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETO DE CONHECIMENTO (CONTEÚDO)	SUGESTÃO DE PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES
<p>Interação com os pares e com adultos</p>	<p>(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir</p>	<p>Interação sociocultural: A) Reconhecimento e compreensão das saudações e cumprimentos cordiais realizados corporalmente B) Reconhecimento/compreensão do corpo como possibilidade de comunicação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formar pequenos grupos, onde o objetivo é manter-se equilibrado pelo maior tempo possível sobre algum objeto (pneu, pedra, madeira); o professor poderá adaptar deixando todos os alunos dispostos pelo espaço de aula correndo, então ao seu sinal ele dirá um número, como por exemplo: “três”, logo três alunos devem rapidamente se juntar e se equilibrarem em cima do pneu mais próximo, logo todos voltam à posição inicial e o professor pedirá por um novo número, para que todos possam participar e interagir com todos os colegas. O professor deverá propor reflexões a respeito de o que e como devemos fazer para nos mantermos em equilíbrio sempre pensando na execução do movimento de forma com que os estudantes possam perceber-se e identificar-se como sujeitos ativos e independentes com seus corpos. 2. Semelhante a do “Coelhinho sai da toca”, porém não sai ninguém da brincadeira, a cada comando do professor é retirado um arco até todos os bambolês estarem cheios, consiste em unir os participantes dentro do arco. Em algum momento da aula promover a reflexão do que é preciso fazer para que mais pessoas possam entrar no arco. 3. Dividir as crianças em grupos de 3: duas ficam de mãos dadas, formando a toca e a terceira fica no meio representando o coelho. As “tocas” devem estar espalhadas pelo local da brincadeira. Devem ficar duas ou mais crianças sem toca, no centro da área. Quando tudo está pronto, alguém diz: “Coelhinho, sai da Toca!”. E todos tem que mudar de toca. As crianças que estão no centro têm que tentar ocupar as tocas que ficam vazias enquanto as demais procuram uma nova toca. Quem ficar sem toca, vai para o centro e a brincadeira recomeça. Possibilitar nas crianças a necessidade do raciocínio rápido para conseguir entrar em uma toca.

<p>Percepção sobre si e sobre os outros pelas experiências sociais</p>	<p>(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive (EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações</p>	<p>Corporeidade/ conhecimento corporal/ajuste postural: A). Noções espaços-temporais e da sua ocupação pelo corpo individual e coletivamente B). Noção dos segmentos corporais C). Ajustamento postural na realização dos movimentos globais quando realizado coletivamente</p>	<p>1. Todas as crianças colocam-se de pé formando um círculo (normalmente é colocado um jogador no centro do círculo). O objetivo do grupo é manter uma bola no ar, tanto tempo quanto puderem, golpeando-a com qualquer parte de seu corpo, exceto seus braços. Um mesmo criança pode golpear várias vezes consecutivas a bola. Nessa atividade o professor pode separar a turma em vários grupos para ver quem consegue manter a bola mais tempo no ar. É importante o professor promover discussões de quais ações corporais podem ser feitas para uma criança cooperar com outra para a bola ficar mais tempo no ar.</p> <p>2. É um congelado. Quando uma parte do corpo é atingida, ela é paralisada e a vítima não pode movimentá-la, mas continua brincando. Quando todas as partes estiverem congeladas, esse aluno vira o pegador. O professor, nos momentos oportunos deverá chegar a conclusão com os alunos para que percebam quais partes do corpo estão sendo congeladas e quais suas possibilidades com as mesmas.</p> <p>3. Uma atividade em equipe, onde o objetivo é transportar a bola até uma determinada distância com um colchonete em mãos com dois ou mais alunos. Poderá ser realizada em equipes de forma competitiva e também poderá ser realizada apenas como um desafio para toda a equipe, trabalhando apenas o trabalho coletivo e aprimorando a socialização. O professor, com essa atividade, deve propiciar aos alunos reflexões sobre a importância do equilíbrio para que a bola não caia e do trabalho em equipe, reconhecendo as limitações do próximo e adequando-se uns aos outros para que a coletividade sobressaia.</p>
--	---	---	--

<p>Construção sua autonomia</p>	<p>(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações</p>	<p>Autonomia de mobilidade: A). Realização de movimentos amplos em diversas posições e suas relações com os segmentos corporais B). Reconhecimento do resultado das ações durante as atividades</p>	<p>1. Jogam duas equipes. Uma de prisioneiros, e outra de guardas. Os prisioneiros estarão em um grande círculo desenhado no chão (prisão). O objetivo é sair desse círculo sem ser pegos pelos guardas e chegar até um outro círculo desenhado há vários metros dali. Quem não conseguir e for pego, retorna à prisão. Quem conseguir chegar ao outro círculo (ronda), já está imune e não poderá mais ser preso. Ainda, quem já estiver imune, tem autonomia para ajudar os demais a sair da prisão. A brincadeira acaba quando todos os prisioneiros escapam, o que levará à inversão de papéis. Como reflexão, o professor deverá propor estratégias para que os alunos possam agir de maneira independente para formular estratégias e conseguir fugir.</p> <p>2. Dois times, cada um no seu campo. Os campos são separados por 7 garrafas. Uma pessoa de cada equipe tenta jogar a bola e derrubar as garrafas. A equipe que derrubar as garrafas deve erguê-las novamente, mas se protegendo da outra, que agora tem autonomia para queimar. Quem for queimado não pode ajudar a equipe nas garrafas. Se a equipe conseguir recolocar as garrafas antes de todas serem queimadas, ela ganha. Mas se todos forem baleados e as garrafas continuarem no chão, a outra equipe ganha. O professor deve possibilitar reflexões aos alunos para que pensem em estratégias juntamente com suas equipes para que possam realizar a brincadeira de forma mais efetiva.</p> <p>3. Organizar os alunos em cerca de 4 a 6 filas verticais ou horizontais uma ao lado da outra, todos de mãos dadas, sendo que se separa dois participantes um para ser o pegador e o outro que será o fugitivo, os quais deverão percorrer os espaços criados pelos colegas. Sempre que o fugitivo mencionar a palavra “rua”, os colegas deverão permanecer de mãos dadas na horizontal e quando falar “avenida” todos deverão ficar na vertical, fechando e dificultando a possibilidade do fugitivo capturá-lo. Caso o pegador capture as funções se invertem. No decorrer do jogo pode mudar os pegadores e fugitivos. Com a atividade, o professor irá possibilitar a criatividade e a autonomia dos alunos para criarem estratégias tanto para fugir quanto para pegar.</p>
---------------------------------	---	---	--

<p>Vivência de formas culturais locais infantis</p>	<p>(E103EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.</p>	<p>Brincadeiras e Jogos: A). Participação em brincadeiras e jogos individuais B). Participação em brincadeiras e jogos em pequenos grupos</p>	<p>1. Alunos distribuídos livremente pela sala. Um voluntário retira-se. A turma esconde um colega. Quando o aluno que se retirou retorna, deve identificar quem está faltando, dizendo seu nome antes do tempo estipulado se esgotar. A turma pode dar pistas ou aceitar que o colega descreva aquele que falta, em lugar de dizer seu nome. O professor salienta a necessidade de chamarem-se pelo nome e a importância do conhecimento completo do grupo. A turma pode estipular o número de chances que terá o detetive, bem como a penalidade para o caso de não acertar. O professor deve promover como reflexão a importância do diálogo e da comunicação com o próximo para propor a importância da realização das atividades coletivas.</p> <p>2. Número par de participantes, formando dois círculos concêntricos (um voltado para o outro). Girar os círculos em direções opostas, e quando o professor bater palmas, os círculos devem parar, segurar as mãos da primeira pessoa à sua frente, e ir descobrindo como é esta pessoa. Com o passar do tempo, o facilitador poderá ir ampliando para trios, quartetos, etc. A reflexão proposta para a atividade é a de que os alunos possam conhecer-se e entender que os mesmos possuem pensamentos e costumes diferentes, entendendo a pluralidade e a diversidade existente em nosso dia a dia.</p> <p>3. Formando pequenos grupos, a princípio em duplas. Desenvolvimento: Cada um com um pequeno “lençol” (um tecido similar, como uma camiseta ou, um cobertor) e uma bola. O desafio é lançar e recuperar a bola utilizando o “lençol”. Os parceiros podem criar inúmeras formas para dinamizar a atividade: fazer uma cesta; arremessar na parede; lançar a bola, correr até um ponto e voltar; lançar e rolar no chão e outras tantas. Depois de algum tempo as duplas são incentivadas a interagir umas com as outras, trocando passes de “lençol” para “lençol”. Pode ser com uma ou duas bolas, simultaneamente. O desafio pode evoluir para um “Volençol” (um jogo de voleibol com lençóis). Colocamos duplas com “lençóis” em cada lado da quadra de voleibol e desenvolvemos o jogo propondo a realização de metas comuns e respeitando o grau de habilidade que os participantes vão, gradualmente, alcançando. O uso de bolas com tamanho e peso variados, “lençóis” maiores para formação de grandes grupos, entre outros, são elementos que podem aumentar o grau de motivação e envolvimento no jogo. O professor deve incentivar a relação entre as duplas para que elas possam se desenvolver na atividade de forma conjunta incentivando as relações e o conhecimento de novos indivíduos e culturas; é também passível de reflexão a importância do equilíbrio para manter a bola em sua base sem que caia e também adequar a coordenação motora dos alunos para lançar a bola ao mesmo tempo.</p>
---	--	---	--

Quadro de proposta do que ensinar como conteúdo da Educação Física dentro do campo de experiência o eu e o outro e nós.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade do estudo proposto foi pensada a partir da publicação da Base Nacional Comum Curricular, documento esse que determinou e regulou uma nova perspectiva para a educação infantil a partir do campo de experiências e suas novas perspectivas de ensino.

Principalmente na visão da Educação Física, surgiu um questionamento ao qual resultou na necessidade de elaborar uma proposição de conteúdos aos quais pudessem sanar as dúvidas e ser um norte para todos os professores da educação infantil a partir do campo de experiência “o eu, o outro e o nós”.

Sendo assim, foi de extrema importância pensar nas necessidades básicas existentes nas realidades de cada instituição de ensino para entender as dinamicidades existentes na etapa da Educação Infantil e como os professores podem atendê-los de forma adequada para atender o campo de experiência estudado nesta pesquisa e os conteúdos específicos da Educação Física.

Para isso, o estudo foi baseado, principalmente nos documentos e leis a respeito da educação nacional como a LDB, BNCC e também a própria Constituição com a finalidade de agir adequadamente a partir do que esses documentos normativos nos pedem.

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular favorece a compreensão de que a Educação nacional está caminhando para um ensino comum e igualitário para todos, portanto, é dever do professor, também caminhar para chegar cada vez mais próximo do ensino que é proposto. Para isso, é importante que esses docentes busquem a formação continuada para que se reinventem e possibilitem aos seus alunos um ensino com equidade e que possibilite um ensino de qualidade a todos.

Essa preocupação existente no professor torna-se de extrema importância pois:

“quando a professora tem a consciência do corpo como totalidade, certamente a sua intervenção terá outros olhares sobre as crianças. Olhares que irão contemplar atividades que atendam ao desenvolvimento do todo, sem supervalorizar um aspecto sobre outro; que possibilitem à criança refletir sobre aquilo que estão fazendo e, desse modo, abstrair, compreender e construir seu próprio conhecimento.” (PROSCÊNCIA, pg 135, 2010).

Esse olhar ressignifica a ação docente do professor e começa a formar sua identidade profissional a partir do significado dado a suas práticas em sala de aula e também ao desenvolvimento de seus alunos.

Como conclusão do estudo, a proposta é dar sequência ao mesmo a partir dos demais quatro campos de experiências e possibilitar uma união a respeito do desenvolvimento dos professores em suas aulas de Educação Física a partir de propostas, ações pedagógicas e objetivos de ensino a todos as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDBEN. [S. l.], 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2023.

PALMA, Angela Pereira Teixeira Victoria *et al.* **Educação Física e a organização curricular.** 3. ed. rev. [S. l.]: UNIJUI, 2021.

PROSCÊNCIO, Patrícia Alzira. **CONCEPÇÃO DE CORPOREIDADE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA AÇÃO DOCENTE.** Orientador: Prof. A Dr. Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/15-2010?download=302:2010-proscencio-patricia-alzira#:~:text=Corporeidade%20%C3%A9%20voltar%20os%20sentidos,nos%20momentos%20de%20exercer%20%C3%A7%C3%A3o%20da>. Acesso em: 10 maio. 2023.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CONHECIMENTO CONSTRUÍDO NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM CURRÍCULO. 2012. 227 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/13-2012?start=20>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica – MEC.. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas. In Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001.

PACHECO, José Augusto. O que se Entende por Desenvolvimento Curricular? In Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

PALMA, Ângela P. T. V. O desenvolvimento do conhecimento humano na educação infantil: o discurso do professor de educação física. 1997. Tese (Mestrado em educação) – Piracicaba, 1997.